

DRAFT

SOB EMBARGO

18/10/2022

CONTATO: Holly Gibbs, hkgibbs@wisc.edu

Apesar dos compromissos assumidos, o setor de carne bovina do Brasil é afetado por compras provenientes de áreas protegidas na bacia amazônica

MADISON - Dependendo de sua origem, seu próximo bife poderá vir com um corte de desmatamento ilegal.

Isso porque, apesar das melhorias feitas pelos frigoríficos para manter suas cadeias de abastecimento livres de gado criado em terras protegidas ou desmatadas ilegalmente, muitos frigoríficos no Brasil - o maior exportador de carne bovina do mundo - continuam a comprar em grande escala animais criados em pastagens ilegais.

Um novo estudo publicado em 17 de Outubro de 2022 na revista *Conservation Letters* ressalta a extensão do problema. Pesquisadores da Universidade de Wisconsin-Madison e da Universidade de Vrije de Amsterdã descobriram que, durante um período de 5 anos, milhões de cabeças de gado abatidas para a produção de carne passaram pelo menos parte de suas vidas em áreas protegidas da Amazônia brasileira, inclusive em terras indígenas.

"As áreas protegidas são a pedra angular dos esforços de conservação do Brasil e são sem dúvida a maneira mais eficaz de conservarmos as florestas e a biodiversidade ali existentes", diz Holly Gibbs, professora de geografia da UW-Madison e principal autora do estudo. "É alarmante que os frigoríficos continuem a comprar de propriedades em áreas que estão sob rigorosa proteção".

Pecuaristas e frigoríficos no Brasil são obrigados a compartilhar informações sobre os locais onde os animais são transportados, principalmente com o objetivo de monitorar sua saúde. Associadas aos registros de propriedade, estas informações também são úteis para identificar onde o gado pastou, inclusive se eles pastaram dentro de áreas protegidas.

Gibbs e colegas foram capazes de revelar o fluxo de carne contaminada ligando os dados de movimentação de animais aos registros de propriedade para, em seguida, cruzá-los com mapas de áreas protegidas nos estados brasileiros de Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Estes três estados formam uma área de expansão em torno das porções sul e leste da bacia amazônica - uma região onde a expansão da agricultura está alimentando o desmatamento e a perda de biodiversidade num ritmo acelerado. Historicamente, a pecuária tem sido associada a cerca de 80% do desmatamento na bacia amazônica.

Os pesquisadores descobriram que entre 2013 e 2018, mais de 1 milhão de cabeças de gado foram comercializadas diretamente de áreas protegidas localizadas nos três estados para os frigoríficos, apesar dos compromissos altamente divulgados dos frigoríficos para evitar tais compras.

E mais 2,2 milhões foram indiretamente associados a áreas protegidas, indicando que os animais passaram uma parte de suas vidas nessas áreas antes de serem comprados pelos frigoríficos. Muitas vezes estes animais pastavam em áreas protegidas e depois eram levados para fazendas de engorda fora destas áreas antes de chegarem aos frigoríficos.

Embora a maioria desse gado estivesse ligada a áreas de "uso sustentável" onde a pecuária às vezes é permitida sob certas condições, mais de um quarto, ou cerca de 900.000, estavam ligados a regiões estritamente protegidas, incluindo terras indígenas. O pasto comercial é ilegal nessas áreas. Além disso, cerca da metade das fazendas em áreas protegidas associadas à pecuária comercial foram, pelo menos parcialmente, desmatadas nos últimos anos.

A análise das movimentações de gado termina em 2018, pois depende da manutenção de registros públicos previamente transparentes do Brasil. "No início de 2019, esta informação crítica tornou-se menos disponível", diz Gibbs. Entretanto, as imagens de satélite analisadas pela agência espacial brasileira indicam que as taxas de desmatamento aumentaram em quase 50% de 2018 a 2020, com quase três quartos das perdas ocorrendo nos estados cobertos por este estudo.

Apesar de o estado do Pará ainda disponibilizar publicamente os dados de movimentação de gado dentro de suas fronteiras, permanecerá difícil uma contabilidade mais global da pastagem ilegal de gado na bacia amazônica enquanto o governo federal brasileiro limitar o acesso aos dados nacionais, diz Gibbs.

Este retrocesso na transparência dificulta os esforços dos frigoríficos para monitorar seus fornecedores indiretos, diz Lisa Rausch, co-autora do artigo e cientista do Instituto Nelson de Estudos Ambientais da UW-Madison, onde Gibbs também colabora.

"Muitos frigoríficos receberam a mensagem de que estar associado ao desmatamento é ruim para seus negócios, mas eles não podem abordar esta questão sem uma maior disponibilidade de informações sobre seus fornecedores", diz Rausch.

Da mesma forma, auditorias públicas dos frigoríficos além do estado do Pará, atualmente o único estado com auditorias, poderiam ajudar a distinguir aquelas empresas que estão tentando melhorar e aquelas que não estão, de acordo com Rausch.

"Há um interesse entre varejistas e investidores - as partes da cadeia de produção para as quais os frigoríficos respondem - por mais informações sobre o desempenho dos frigoríficos, mas neste momento essa informação está faltando", diz ela.

Ao mesmo tempo, a falta de dados públicos poderia tornar mais fácil para os frigoríficos continuar violando seus compromissos de evitar o gado de áreas protegidas. Gibbs diz que tornar os dados de movimentação de gado transparentes mais uma vez é fundamental para garantir que os frigoríficos brasileiros possam avançar em direção a seus compromissos públicos.

"Esta é mais uma prova de que precisamos de mais demanda por parte dos bancos de investimento, varejistas e consumidores para uma melhor rastreabilidade, transparência e responsabilidade em relação ao gado", diz Gibbs.